Revista Concilium, Vol. 22, Nº 3
DOI: 10.53660/CLM-251-252
ISSN: 1414-7327

Educomunicação e Direitos Humanos: um diálogo amoroso

Educommunication and Human Rights: a kind dialogue

Andrea de Lima Trigueiro de Amorim[1]*, Jefte Fernando de Amorim Barbosa[2]

RESUMO

Paulo Freire é um dos autores das Ciências Humanas mais importantes para a história do Brasil. Seu legado, celebrado ao redor do mundo, tem como mérito a ligação direta feita entre Educação e Ciências Sociais, fazendo pensar o processo de ensino-aprendizagem para além dos aspectos cognitivos e subjetivos e acrescentando camadas de complexidade identitárias, culturais, políticas, sociais e econômicas a essa reflexão. Por seu caráter libertário e promotor de cidadania, sua obra está intimamente ligada ao objetivo dos direitos humanos. Assim como, a partir de seu trabalho, muitas inovações teóricas e práticas foram possíveis, inclusive o surgimento de um novo campo do saber: a Educomunicação. Este trabalho se propõe a refletir sobre as interfaces entre Educomunicação e Direitos Humanos em seus aspectos teóricos e vivências práticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Paulo Freire; Educomunicação; Direitos humanos.

ABSTRACT

Paulo Freire is one of the most important authors of the Human Sciences in the history of Brazil. Its legacy, celebrated around the world, has the merit of the direct link made between Education and Social Sciences, thinking the teaching-learning process beyond the cognitive and subjective aspects, and adding layers of cultural, political, social, and economic contexts for this reflection. Due to its libertarian and citizenship-promoting character, his work is closely linked to the objective of human rights. As well, from his work, many theoretical and practical innovations were possible, including the emergence of a new field of knowledge: Educommunication. This work aims to reflect on the interfaces between Educommunication and Human Rights in their theoretical aspects and practical experiences of integration between teaching, research, and extension.

Keywords: Paulo Freire; Educommunication; Human rights.

[1] Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
*E-mail: andrea.trigueiro@unicap.br
[2] Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)

INTRODUÇÃO

Paulo Freire é, sem dúvidas, um dos pensadores da educação mais influentes no nosso século. Em uma rápida pesquisa no Google, serviço de buscas online mais utilizado no mundo, mais de 6.370.000 resultados são retornados ao utilizar a pesquisa com seu nome entre aspas, função que mostra conteúdos que correspondem apenas ao texto exato de seu nome e sobrenome: Paulo Freire. Como medida comparativa, seu nome retorna mais conteúdos que Jean Piaget (1896-1980), com 4.590.000, e Lev Vygotsky (1896-1934), com 800.000[3]. Há centros de pesquisa com seu nome nas Américas, Europa e África e, segundo levantamento de Eliott Green (2016), ele é o terceiro teórico mais citado do mundo em pesquisas acadêmicas das Ciências Humanas indexadas na plataforma *Google Scholar* (ou Google Acadêmico, como conhecido em português).

Pensador brasileiro mais galardoado com prêmios, Freire soma mais de 35 títulos de doutor honoris causa. No País, é reconhecido como patrono da educação, apesar dos esforços para destituí-lo do posto empreendidos pelo atual presidente (GAMBA; MARIZ, 2019)[4], mundialmente conhecido pela pior gestão da pandemia de Covid-19 no mundo[5], recorrentes ataques à educação, ciência e pesquisa[6] e busca de desmantelamento da democracia[7]. Perseguido por alas ultraconservadoras nominadas por alguns autores (LÖWY, 2020; CRUZ, 2019; MARTINS BARREIRA, 2019; APÚBLICA, 2019) como neofascistas – especialmente a partir de teorias da conspiração, propagação de *fake news*, louvor a práticas autoritárias ditatoriais e busca de eliminação de minorias políticas da vida pública – Freire tem uma obra pioneira em diversos sentidos[8] e, dado o espírito do tempo em que vivemos, que permanece atual.

O trabalho freireano destaca-se, em seu tempo, por exceder os limites dos olhares direcionados ao campo em sua época. Em vez de pensar o processo de ensino-aprendizagem apenas de forma cognitiva, neurocientífica, interacional, Freire extrapolou a perspectiva de uma relação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível para criar um enlace em camada mais profunda da educação e as ciências sociais, situando os sujeitos como indivíduos com identidades

---

[3] Busca comparativa realizada no dia 28 de julho de 2021 através do endereço www.google.com

[4] https://exame.com/brasil/paulo-freirevenerado-la-fora-exilado-no-brasil-a-trajetoria-do-educador-paulo-freire/

[5] Como visto em https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/scienceandhealth/2021/01/brazil-is-the-worst-country-in-managing-the-pandemic-according-to-analysis-by-98-governments.shtml e https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2021/03/23/980391847/brazil-is-looking-like-the-worst-place-on-earth-for-covid-19 e https://www.aa.com.tr/en/americas/brazil-had-worst-pandemic-response-study/2127796

[6] Como destacado aqui https://www.nature.com/articles/d41586-021-01031-w e https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-deterioracao-da-educacao-basica,70003630351 e https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/sob-bolsonaro-gasto-do-mec-com-investimentos-e-o-menor-desde-2015.shtml

[7] Como destacado aqui: https://english.elpais.com/usa/2021-07-23/the-bolsonaro-playbook-how-to-dismantle-a-democracy-in-slow-motion.html

[8] Roberto Lent, neurocientista brasileiro, em artigo, chega a aventar a possibilidade de antevisões de Freire, a partir das leituras sociais, sobre aprendizagens na neurociência: https://oglobo.globo.com/sociedade/artigo-paulo-freire-a-neurociencia-24158841

complexas inseridos em um contexto social, econômico, político e cultural com o qual exercem interação dialética. Essa perspectiva complexa de mundo na educação tem como impacto direto a percepção da aprendizagem não como memorização, mas como capacidade crítica de interpretação e leitura dos saberes de mundo. Além disso, situa a questões dos afetos, aponta para a relação de troca entre professor(a) e estudante, para o imperativo da reflexão sobre os interesses de estudantes e professores postos em relação dialética, para o olhar sobre a dimensão das relações de poder, para a consciência das mediações culturais como fatores decisivos para o desenvolvimento pleno da prática educacional.

Freire (1967; 1968; 1979) desloca o indivíduo de um lugar passivo em sua realidade para um papel de protagonista não só do seu processo de aprendizagem, mas do seu papel de intervenção no mundo. Como desdobramentos, o conhecimento do indivíduo sobre si e sobre sua realidade, a consideração de seus interesses em face das dinâmicas de mundo, a valorização de sua bagagem cultural e a construção de sua autonomia passam a se tornar objeto fundamental da educação, excedendo a percepção de que o papel do processo educativo é despejar informação de forma vertical sobre um indivíduo, ignorando sua identidade complexa, com uma finalidade positivista de formação de mão de obra, o que o autor chama de educação bancária (FREIRE, 2017).

Para Freire (2017), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2017, p. 95). E esse pensamento é a síntese da conexão criada pelo autor entre a educação e o campo das ciências sociais – que traz frutos para áreas como a Antropologia, Psicologia, Sociologia e Comunicação, por exemplo. Isso porque, ao observar as camadas de complexidade que compõem o indivíduo e sua relação com o mundo, o autor mobiliza o pensar, também, para a quebra do mito de neutralidade dos modelos de ensino-aprendizagem, destacando que todo saber e direcionamento de poder em um fluxo de construção obedecem a uma ordem regida por uma cosmovisão específica.

Ao observar tais características, é interessante analisar o já indicado ranking de citações feito por Eliott Green (2016) e perceber como logo acima de Freire no ranking está Everett Rogers, com a obra Difusão de inovações, justamente uma obra adotada no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e geralmente aplicada como lógica vertical de persuasão, ou como estratégia bancária para adoção de terminadas técnicas por populações rurais específicas. Lógica esta, inclusive, que Freire (1979) irá contrapor com a reflexão em forma de obra Extensão ou comunicação?.

O modo de pensar do educador é geralmente conhecido a partir do destaque do episódio de Angicos, cidade no Rio Grande do Norte, quando alfabetizou centenas de trabalhadores e trabalhadoras em cerca de 40 horas ao utilizar a associação dos fonemas com palavras que faziam parte das rotinas desses indivíduos e, além disso, falando de aplicações práticas desses saberes. Lembro-me, ao pensar sobre esse episódio, de enunciações de minha sogra, Rosemary Amorim,

professora de Matemática na educação básica, que certa vez me contou sobre um estudante que, envolvido em trabalho infantil na feira de seu bairro, conseguia indicar o troco a ser dado na compra de laranjas, mas tinha dificuldades profundas em realizar a mesma operação matemática em um cenário abstrato e apenas numérico. No entanto, como já indicado e exemplificado até aqui, para além desse feito e desses indicativos do papel das dimensões social, política, econômica e cultural na educação, a perspectiva de uma pedagogia dialógica freireana (FREIRE, 2017; FREIRE, 1979; FREIRE, 2003) tem fundamental reverberação em outras disciplinas, e aqui refletiremos, em especial, sobre duas delas (para além da Educação): Comunicação e Direitos Humanos.

Para introduzir sua influência de forma mais ampla, poderíamos citar aproximações do psicólogo Carl Rogers (2001) com ideias de Freire em seu Sobre o poder pessoal, originalmente publicado em 1977, e os usos de ambos em autores como Mauro Amatuzzi (1989) e Cézar Góis (1994) em uma interface de construção de uma Psicologia Comunitária no Brasil. Poderia falar da interface com o teatro de Augusto Boal ou de seu impacto nos estudos culturais latino-americanos, a partir de autores como Nestor García Canclini e Jesús Martín-Barbero, este último que, inclusive, indicou a obra de Freire como a primeira teoria latino-americana da comunicação (MARTÍN-BARBERO, 2002). Poderia, ainda, falar da importância de seu legado para a comunicação popular e comunitária, tão bem sistematizada no Brasil por Cicilia Peruzzo, que me é referência. Mas meu recorte específico vai no sentido dos saberes que têm sido o norte de minha práxis: Educomunicação e Direitos Humanos.

É fato que a obra de Freire não se dedica a trabalhar direitos humanos diretamente como conceito e prática. No entanto, como não olhar, por exemplo, o exercício da leitura crítica da realidade como uma prática de conhecimento de seus próprios direitos? Ou como não relacionar princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como autodeterminação dos povos, liberdade de crença, de associação e outras liberdades com a autonomia e dialogismo freireano? Seu trabalho, enquanto prática libertadora, é uma ponte para a proteção, promoção e reparação de direitos. A mesma lógica se aplica à Educomunicação, palavra que nomeia um campo emergente dos saberes da ciência e que nunca foi utilizada pelo autor, mas surgiu a partir de sua matriz de práxis. É por essa razão que dedicamos as próximas linhas a uma articulação da obra de Freire em diálogo amoroso com essas duas áreas do saber, demonstrando, a partir de algumas de minhas experiências construídas no ensino, pesquisa e extensão, exemplos dessa interface como mecanismo de inclusão libertadora e promoção da dignidade humana e cidadania.

DIREITOS HUMANOS E FREIRE NO BRASIL

A compreensão que hoje temos de Direitos Humanos emerge, de forma mais contundente, da promulgação, em 1948, da Declaração Universal de Direitos Humanos. Sua concepção, complementada em 1966 com a aprovação de dois pactos internacionais – um sobre direitos civis

e políticos (basicamente a salvaguarda de não-discriminação de minorias políticas e representativas, como pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ entre outros, e direitos de votar e ser votado, ou seja, de participar da vida política) e outro pacto sobre direitos econômicos, sociais e culturais (trabalho, renda, direito à vida, educação, saúde, meio ambiente saudável, ir e vir, entre outros) –, não teve efeito de lei, mas de recomendação, uma espécie de símbolo ideal de ética universal, que inspirou legislações nacionais, tratados e decisões de vários tribunais, inclusive a Constituição Federal de 1988, no Brasil, logo após o fim da ditadura civil-militar implantada com um golpe de estado em 1964.

A Declaração de 1948 compreende a liberdade numa dimensão política e individual. Ela afirma a democracia como único regime político compatível com o respeito pleno aos direitos humanos, ao mesmo tempo em que deixa subentendido que a ausência desses direitos representa uma ameaça à democracia. Os diversos pactos que lhe sucederam tiveram como papel afirmar e contextualizar as dimensões dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de criar mecanismos eficientes de cobrança e reconhecimento de seu caráter universal, integral e indivisível. Como nos coloca Hector Gros Espiell (1986):

> Só o reconhecimento integral de todos os direitos pode assegurar a existência real de cada um deles, já que, sem a efetividade de gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, os direitos civis e políticos se reduzem a meras categorias formais. Inversamente, sem a realidade dos direitos civis e políticos, sem a efetividade da liberdade entendida em seu mais amplo sentido, os direitos econômicos, sociais e culturais carecem, por sua vez, de verdadeira significação (ESPIELL, 1986, p. 16-17).

Ainda hoje, com avanços e transformações nas dinâmicas sociais aceleradas pelas tecnologias digitais e, sobretudo, a internet, novas camadas específicas de percepção e reinvindicação desses direitos são observadas. Nesse sentido, podemos destacar, por exemplo, a recente massificação do debate sobre privacidade online e proteção de dados pessoais que resultou na promulgação de leis como a Lei de Privacidade do Consumidor da Califórnia – CCPA (nos Estados Unidos), Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – GDPR (na União Europeia), Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (no Brasil) e Lei de Proteção de Informação Pessoal – POPI (África do Sul), especialmente depois de vazadas evidências de espionagem governamental[9] e manipulação de informações virtualmente para fins políticos e antidemocráticos[10]. Até mesmo documentários de grande audiência foram produzidos, como Privacidade hackeada; Sujeito a termos e condições; O dilema da redes; O quinto poder; e Snowden: herói ou traidor.

Essas transformações trazidas pelas novas dinâmicas do digital, ao passo que permitiram maior acesso a informações relacionadas aos direitos humanos, também têm lhe trazido novos

---

[9] https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/espionagem-cibernetica/contexto-a-guerra-nao-declarada/denuncias-de-snowden-revelam-amplo-monitoramento

[10] https://brasil.elpais.com/noticias/caso-cambridge-analytica/

desafios, como evidenciado nas questões tratadas no parágrafo acima. Vivemos, utilizando o termo de Jenkins (2009), uma cultura de convergência em um momento que alguns autores, sem um consenso ou maior aprofundamento do debate, têm chamado de era da pós-verdade, a partir da dicionarização do termo pelo dicionário Oxford, que o escolheu como palavra do ano em 2016[11]. Independentemente do conceito ou percepção, no entanto, é fato que estamos em um momento histórico complexo em que o valor das decisões, dos fatos e dos objetos é, mais do que nunca, definido pela capacidade de articulação discursivas sobre estes.

Poderíamos falar sobre como a lógica de hiper segmentação ou personalização em nichos ultra específicos, a partir de algoritmos, impacta nesse processo (DARMODY; ZWICK, 2020; KOTRAS, 2020), ou ainda pensar essa construção sob a perspectiva da psicologia de consumo e seus apontamentos de uma irracional previsibilidade de alguns comportamentos humanos (ARIELY, 2020; THALER; SUNSTEIN, 2019), temas sobre os quais aprendo e converso com meu marido. Mas, talvez, para pensar nossa era, ainda precisemos de melhor sistematização e avanços para conseguir dar conta do hoje como Hobsbawn (1995) fez com o século XX. Por isso mesmo, limito-me aqui a olhar alguns dos impactos diretos desse movimento – e das tensões de seus extremos – nos Direitos Humanos.

O Brasil experimenta, atualmente, um conturbado momento político, social e cultural, em meio a uma pandemia, com mais de 50% da população em insegurança alimentar em algum nível (GALINDO et al., 2021) no último ano. Sendo uma democracia jovem, passando por intervalos de governos autoritários e supressão de direitos no último século, o País há muito apresenta déficits na implementação do acesso a direitos. Apesar de a Constituição de 1988 ser considerada uma das mais avançadas do mundo em garantia de direitos (OAB DF, 2013), o país é comumente categorizado como em permanente violação de direitos humanos[12]. Fatores como ausência de regulações específicas de alguns direitos, corrupção, baixa transparência e ausência de mecanismos de monitoramento e fiscalização são de grande impacto nesse campo. No entanto, contribuem também para isso a desinformação a respeito do tema[13] e campanhas[14], especialmente de grupos ultraconservadores, contra esse universo no País.

Nos últimos anos, o Brasil assistiu a um crescimento no ataque a jornalistas e à liberdade de imprensa e expressão (pela primeira vez indo à zona de vermelha em ranking do Repórteres Sem Fronteiras)[15], ataques à estrutura democrática de direitos, aumento de perseguição de minorias políticas, desestruturação de políticas de saúde e de educação (CIDH / OEA, 2021; ANISTIA INTERNACIONAL, 2021). Tal movimento, acentuado a partir das eleições de 2018,

---

[11] https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html
[12] Declaração da Anistia Internacional em divulgação de relatório. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/23/politica/1456259176_490268.html
[13] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45138048
[14] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43465988
[15] https://rsf.org/pt/brasil

tem como motor um crescimento do autoritarismo associado aos movimentos ultraconservadores que, como apontam dados, também são responsáveis por uma mobilização constante e sistemática[16] de *fake news*[17] em favor do atual governo[18] e de suas pautas ideológicas, inspirados por táticas de nomes como Steve Bannon[19]. Até 90% dos eleitores da atual gestão federal foram influenciados por notícias falsas, de acordo com levantamento da Avaaz, e 87,5% das fakes eleitorais identificadas por levantamento do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da UFPR beneficiavam a atual gestão. O próprio presidente[20] foi incluído em inquérito de *fake news*[21][22].

Tais mobilizações e ataques aos direitos humanos, articuladas majoritariamente por razões ideológicas e extremistas, também são direcionadas ao legado de Paulo Freire. Não é de se estranhar, uma vez que, como se pode constatar na leitura da obra de Freire e tem sido levantado em estudos recentes (GERBASI, 2021; ALVES LOPES; MIRANDA, 2021), seu legado está intimamente ligado à promoção de direitos. Além disso, sua proposta de compreensão da educação e comunicação como campos indivisíveis, expressada na máxima "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (2002, p. 69), associada à lógica de diálogo como reflexão crítica sobre um tópico (FREIRE, 2002), apresenta-se como um caminho de interpretação crítica de processos comunicacionais, ferramenta útil, por exemplo, para superação de mecanismos que favorecem a circulação de *fake news*. Não à toa uma recente publicação do Instituto Paulo Freire se dedica à interface entre Freire e *fake news* (ABREU; PADILHA, 2020).

É, aliás, a interface realizada por Freire entre educação e comunicação que sedimentou o caminho para que se construísse o que hoje conhecemos como Educomunicação. Foi a partir das ideias freireanas que autores como Célestin Freinet e Jesús Martín-Barbero aprofundaram essa conexão, e foi o pesquisador Mario Kaplún o primeira a referendar o verbete, apesar de compreendê-lo, àquela altura, apenas como leitura crítica de mídia (SOARES, 2009). A partir de então, o professor Ismar de Oliveira Soares deu prosseguimento aos estudos sobre o tema e foi o responsável por lapidar o conceito, definindo-o como

---

[16] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/decisao-de-moraes-para-operacao-contra-fake-news-cita-gabinete-do-odio-e-assessores-de-bolsonaro.shtml

[17] http://www.cpop.ufpr.br/portal/eleicoes-2018-a-relacao-entre-fake-news-e-os-candidatos-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad/

[18] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml

[19] https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html

[20] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bolsonaro-da-1-declaracao-falsa-ou-imprecisa-a-cada-4-dias-veja-o-bolsonometro.shtml

[21] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58070438

[22] https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/04/apos-ser-incluido-no-inquerito-das-fake-news-bolsonaro-ameaca-agir-fora-da-constituicao.ghtml

> Toda experiência de envolvimento dos agentes sociais, suas empresas e organizações, na implementação de ações voltadas para o planejamento e desenvolvimento de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e participativos, tendo como meta a promoção da cidadania mediante o exercício da expressão comunicativa, possibilitada pela mediação tecnológica e pelo acesso e gestão democrática dos recursos da informação (SOARES, 2006, p. 179).

A Educomunicação representa uma inovação conceitual, como passo adiante na relação estruturada por Freire entre Educação e Ciências Sociais. E carrega como diretrizes: a) promover o acesso democrático à produção e à difusão de informação; b) facilitar a percepção crítica da maneira como o mundo é editado nos meios; c) facilitar o ensino/aprendizado através do uso criativo dos meios de comunicação; e d) promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade em questão (SOARES, 2004). Por suas características, essa área de intervenção emergente guarda grande relação com a perspectiva dos direitos humanos e pode ser vista, também, como importante ferramenta para sua promoção. Por essa compreensão, apresentamos, a seguir, mais das ideias da Educomunicação e seu caráter inclusivo e promotor da cidadania.

EDUCOMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA LIBERTADORA PARA A CIDADANIA

A Educomunicação é um campo de conhecimento com identidade própria, que se insere no espaço comum entre a comunicação e a educação, ora entrecruzando-se, ora sobrepondo-se (ALMEIDA, 2015). Nascida a partir da América Latina, a educomunicação foi estratégia utilizada por movimentos sociais como educação midiática nas décadas de 1960 e 1970. O termo foi utilizado pela primeira vez pelo argentino Mario Kaplún, que se denominava educomunicador, na Venezuela, ainda nos anos 1980, quando lecionava fotografia, audiovisual e jornalismo popular no Centro de Serviço e Ação Popular – CESAP. Para ele, o conceito se associa ao fortalecimento da comunicação comunitária e à democratização dos meios de comunicação.

Mas foi a partir da década de 1990 que o professor Ismar de Oliveira Soares sistematizou o conceito como hoje o conhecemos. Adilson Citelli (2000) destaca que se trata

> de um campo de reflexão decorrente dos novos modos de organizar o conhecimento e a informação, onde termos como educação e comunicação tornam-se convergentes em amplo sentido, não apenas na perspectiva interpessoal, mas também naquela mediada pelas novas tecnologias (CITELLI, 2000, p. 3).

Os princípios balizadores que norteiam a Educomunicação são: alteridade (SCHAUN, 2002); conscientização social; integração social (FREIRE, 1992); cidadania (COVRE, 1991); relações colaborativas (PERUZZO, 1998); aprendizagem como processo coletivo; e a democratização dos meios de comunicação. Nesse sentido, vemos desde já um diálogo com o campo dos Direitos Humanos. Toda a lógica da Declaração Universal e pactos que a sucederam está firmada em uma perspectiva de alteridade empática e conscientização social do lugar do eu

e do outro, das liberdades individuais em troca com as garantias sociais, buscando integração social, efetivação da cidadania e uma ambiência fraterna e colaborativa. Além disso, ao não hierarquizar saberes ou culturas, os direitos humanos não podem prescindir da compreensão da aprendizagem como direito e processo coletivo, nem de um fluxo de comunicação democrático que torne as trocas discursivas e manutenção da memória e tradição possíveis. No entanto, é possível estabelecer ainda outros pontos de contato.

Metodologicamente, a Educomunicação é dividida em sete áreas de intervenção, que não são estanques ou acabadas em si, e contribuem para o planejamento e avaliação das intervenções dentro do campo educomunicativo. As áreas são: 1) epistemologia da Educomunicação; 2) gestão da comunicação; 3) produção midiática; 4) expressão comunicativa através das artes; 5) pedagogia da comunicação; 6) mediação tecnológica na educação; e 7) educação para a comunicação (SOARES, 2014; ALMEIDA, 2015). Abaixo, descrevemos cada uma destas e avaliamos suas aproximações com as lógicas dos direitos humanos.

A epistemologia da educomunicação, como sugerido pelo nome, é área onde se pretende "a compreensão de conceitos, valores, objetivos e metodologias educomunicativas, estudando sua aplicabilidade nas diferentes regiões e ambientes e observando os resultados alcançados" (ALMEIDA, 2015, p. 15). Articulamos, por exemplo, neste artigo, uma epistemologia da aproximação entre a Educomunicação e a promoção dos direitos humanos como um legado conjunto dos direcionamentos libertários freireanos. E advogamos que, uma vez que objetivam a emancipação cidadã, as práticas educomunicativas só se podem efetivar de fato em um sentido que fortaleça o tecido de direitos. Assim como, em sentido inverso, para pensar práticas e políticas de fortalecimento dos direitos humanos, a educomunicação se apresenta como instrumento capaz de não só alcançar esse objetivo, mas de fazê-lo de forma plenamente consonante com esse fim. Desenvolvemos essa ideia adiante, nas articulações entre as demais áreas de intervenção e suas implicações.

A gestão da comunicação tem o objetivo de implantar e manter ecossistemas comunicativos abertos. Nestes espaços, o direito à voz não deve ser cerceado por estruturas hierárquicas ou por interesses políticos e econômicos. Assim, potencializa-se a aprendizagem e a construção de conhecimento de forma colaborativa e inovadora (SOARES, 2014; ALMEIDA, 2015). Ao relacionarmos com os direitos humanos, vemos a característica de ecossistema aberto da educomunicação como um meio de efetivação mais direta da comunicação como um direito (GOMES, 2007), garantia de pluralidade de vozes no espectro comunicacional – como lógica que pode inspirar regimentos, por exemplo, para a regulamentação dos princípios constitucionais que regem a radiodifusão – e promoção da liberdade de expressão de forma responsável e compromissada com o exercício ético da cidadania.

A produção midiática segue essa mesma esteira e envolve "ações, programas e produtos da mídia elaborados a partir do parâmetro educomunicativo" (SOARES, 2014, p. 138).

Contempla o trabalho dos profissionais que se dedicam a “renovar a linguagem e os conteúdos de programas massivos de interesse educativo” (SOARES, 2003, p. 9) e se trata de um meio efetivo de pensar modos de produzir mais plurais, alinhados à perspectiva da comunicação como direito.

A expressão através das artes traz em sua área de intervenção linguagens artísticas e artes midiáticas. Elas são incentivadas com objetivo de permitir a construção da identidade dos sujeitos abrindo, desta forma, "caminhos para a conscientização social, para a descoberta dos direitos, das obrigações de cada um” (BARBOSA, 2015). O próprio descritivo conecta a prática ao direito à educação, ao desenvolvimento da ludicidade em consonância com o direito ao lazer e a reflexão sobre as interações sociais a partir da expressão.

A pedagogia da comunicação consiste em facilitar a construção dos conhecimentos utilizando a comunicação dialógica na relação entre as pessoas, com estratégias que favoreçam a interação em um grupo de aprendizagem, incentivando, assim, a participação de todos. Ao mediador/facilitador da aprendizagem é recomendado que, além de dominar o conteúdo, esteja em sintonia com os atores envolvidos expressando-se de forma simples e objetiva, com exemplos e vocabulário que façam parte do cotidiano deles do grupo. Trata-se de uma perspectiva de ações “que qualificam a aprendizagem, criando condições de alteração – para melhor – da própria prática pedagógica” (SOARES & ALMEIDA, 2012, P. 123). Tal perspectiva aponta para a promoção de direitos em um prisma freireano, possibilitando a educação para uma comunicação cidadã e que faz uso dos saberes e características de identidade inerentes aos sujeitos envolvidos. A mediação tecnológica é a área de intervenção em que se trabalha, na educação, “com a presença das tecnologias como elemento interveniente nas mediações culturais que mobilizam a sociedade, com influências nos modos de perceber o mundo e de produzir cultura” (SOARES, 2014, P. 12). Considerando o atual desafio de combate à desinformação, propagação de *fake new*s e reestruturação dos diálogos e relações sociais a partir da internet, este campo de intervenção ganha ainda mais relevância. Afinal, trata-se de uma perspectiva emancipatória que leva em consideração não apenas o viés de inclusão das populações no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mas a sua educação para o uso ético e capaz de interpretação de suas dinâmicas.

Conectada a esse sentido, a educação para a comunicação apresenta como seu objeto a própria comunicação, enfocando uma consciência crítica quanto aos meios de comunicação com, segundo Soares (2014, p. 138), “práticas voltadas à sensibilização e a formação das audiências para a convivência com os meios de comunicação”.

Ao observarmos esse diálogo e compreendermos, para além dessas aproximações, a educação como direito social e a comunicação como direito social em construção, podemos articular a educomunicação – em uma interface entre esses campos – como um caminho metodológico para efetivação não só destes, mas de outros direitos humanos, através de um fazer que é, em si, a expressão da promoção e proteção dessas garantias universais. E essa articulação

não é apenas conceitual, mas prática. Como forma de contextualizar, apresentamos, a seguir, algumas experiências desenvolvidas sobre esse fundamento.

EDUCOMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: ECOS DO DIÁLOGO AMOROSO NA PRÁTICA

Desde a descoberta da Educomunicação, que foi tema de minha dissertação de mestrado em Educação, tenho me dedicado a estudar e trabalhar o tema em minhas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Sempre no horizonte de sua articulação com os direitos humanos. Esse caminho me possibilitou criar ferramentas, caminhos e experiências que tenho, aos poucos, organizado de forma mais sistemática. Como objeto de reflexão para a proposta deste escrito, selecionei três das atividades mais que recentes que unem, em si, o tripé indissociável que fundamenta as lógicas do nosso Ensino Superior. A saber, as atividades, em que tive papel de orientação e mediação, são o Rádio na Real; o Ganhando Asas; e a EducomDH.

O *Rádio na Real – educação para os direitos humanos nas ondas da web* é uma ação de extensão com práticas educomunicativas que surgiu a partir da vivência em sala de aula da disciplina de Radiojornalismo do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Inicialmente pensado como programa de rádio e, em seguida, transformado em podcast, o Rádio na Real foi uma experiência que envolveu estudantes de Jornalismo e da educação básica de escolas públicas do Recife, envolvidos no projeto Imprensa Mirim, na produção de um podcast. A partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula, sob orientação docente, os discentes de radiojornalismo mediaram oficinas de produção de mídia sonora com as e os estudantes da educação básica, que escolheram em fórum as temáticas e conteúdos que gostariam de trabalhar. A partir dessa escolha, o grupo procedeu à concepção, divisão de tarefas, sistematização de processos, gravação e edição do podcast. Tudo de forma colegiada, em um ecossistema comunicativa horizontalizado e aberto. Ao todo, 09 programetes foram realizados.

Os estudantes de Jornalismo puderam vivenciar a troca de conhecimentos adquiridos durante a graduação, utilizando métodos poucos usuais nas salas de aulas brasileiras, reforçando aprendizados e refletindo sobre a relação entre comunicação e educação e sua relação dialógica, que se empenha na transformação constante da realidade. A experiência amplificou a percepção sobre a função social da comunicação como um todo a partir do compartilhamento do conhecimento entre os sujeitos envolvidos. Para estudantes do ensino fundamental, a experiência proporcionou um aumento das suas respectivas habilidades de se comunicar, um melhor desenvolvimento para trabalhar em grupo e crescimento no desempenho escolar, engajando-os em seu próprio processo educativo.

O Rádio Real foi vencedor nacional do Expocom na categoria Rádio, TV e Internet[23]; venceu um edital da Frei Caneca FM, rádio pública municipal do Recife, para veiculação na programação[24]; e suas etapas de trabalho podem ser melhor conhecidas através da sistematização inicial publicada em artigo apresentado ao Congresso da Intercom[25] e em livro[26].

O Ganhando Asas, que se utilizou de processos similares ao Rádio na Real, foi um podcast que surgiu a partir da atuação no projeto de extensão Ganhando Asas Através da Comunicação e da Arte, da Unicap em parceria com a empresa EBrasil. O projeto de extensão teve como público jovens e adultos com síndrome de Down e, em sua grade, previu oficinas e formações em diversos campos, entre eles mídia sonora. Como parte do processo, estudantes de radiojornalismo foram integrados às atividades, mediando oficinas com orientação docente e acompanhamento da psicopedagoga do projeto, Flávia Ferraz. De modo análogo ao que houve no Rádio na Real, estudantes de graduação mediaram, sob orientação, oficinas que culminaram na gravação de 08 episódios. Os estudantes do Ganhando Asas – pessoas com Down – foram protagonistas na escolha do tema, abordagens e direcionamentos temáticos, mantendo a lógica da presença dos campos de intervenção da educomunicação.

A experiência do Ganhando Asas, que foi finalista do Expocom Nordeste e teve programetes veiculados na Rádio Frei Caneca FM[27] e da Rádio Universitária FM[28] de Pernambuco, retornou como resultados a constatação de como o radiojornalismo pode ser um forte aliado do desenvolvimento das habilidades de fala e expressão dos jovens com Down. Além disso, é evidente como a integração entre estudantes de Jornalismo e os estudantes com Down, através de práticas educomunicativas, favorece sobretudo o desenvolvimento de habilidades intrapessoais e relacionais de ambos, contribuindo, como consequência disso, com a melhora de aspectos da vida profissional, além de fortalecerem a aprendizagem curricular dos estudantes de

---

[23] https://www.portalintercom.org.br/publicacoes/jornal-intercom/2019-2/01-2-2-2/ano-15-n-448-sao-paulo-22-de-janeiro-de-2019-issn-1982-372/chamadas-1308/especial-expocom-conheca-tres-vencedores-de-2018

[24] http://www.freicanecafm.org/radionareal

[25] TRIGUEIRO et al. Podcast Rádio na Real Especial Política: interação entre estudantes de Jornalismo e da Rede Municipal do Recife na multiplicação das práticas educomunicativas. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba/PR – 04 a 09/09/2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2832-1.pdf>. Acesso em 10 jun 2021.

[26] TRIGUEIRO, Andrea; SILVA, Manuela Cavalcanti Licício da; LIMA, Acsa Tamires Santana de. Webradiojornalismo, educomunicação e juventude: integração entre Academia e Rede Municipal de Ensino na produção do Podcast Rádio na Real - Política. In: MOURA, Assis Souza de; JÚNIOR, Ozonias de Oliveira Brito; COSTA, Rosemary Rodrigues Morais. Pesquisas: teorias e práticas - Série Pesquisas, vol. 9. Sapé: Centro de Estudos Multidisciplinares, 2018.

[27] https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/imagem-e-som/noticia/2018/04/24/radio-frei-caneca-divulga-lista-de-programas-selecionados-336652.php

[28] https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ganhando-asas-estreia-na-radio-universitaria-fm/40615

jornalismo e garantirem representatividade às pessoas com Down. A experiência está sinteticamente analisada em artigo apresentado no recente Congresso da ALAIC[29].

No que tange às práticas educomunicativas, resta-nos evidente a sua viabilidade como instrumento de fortalecimento de vínculos de confiança e potencialização do processo de aprendizagem, podendo ser aplicadas em práticas de inclusão e que envolvam as novas TICs. Ficou-nos, como indagação, o questionamento sobre o quanto é viável a personalização do acompanhamento em casos com menos voluntários ou pessoas na intervenção. Além disso, de aprendizagens, compreendemos o papel fundamental do suporte de uma equipe especializada para eventuais intervenções.

Tanto no Rádio na Real quanto é possível identificar 6 das 7 áreas de intervenção da Educomunicação e em ambos os casos os direitos humanos aparecem como temática fim e também como atividade-meio. Os métodos e técnicas de intervenção, em ambos os casos, são análogos e compõem um escopo que está sendo sistematizado por nós em futura publicação, como processo referencial estruturado que possa guiar práticas similares. A epistemologia da Educomunicação é, em ambos os casos, a área de intervenção não trabalhada nas experiências, mas que pode ser vista no terceiro exemplo que apresentaremos a seguir: a EducomDH.

A Escola de Educomunicação e Direitos Humanos (EducomDH) é um projeto de Extensão do curso de Jornalismo da Escola de Comunicação da Unicap em parceria com a Cátedra Unesco/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Camara e a Dialógica Comunicação Estratégia. Foi criada em março de 2021, em meio à pandemia do novo coronavírus, reunindo cerca de 12 estudantes dos cursos de Jornalismo e Direito. Como uma escola focada na convergência entre Educomunicação e Direitos Humanos, parte do trabalho desenvolvido é instrumentalizar conceitualmente o grupo de estudantes e estabelecer uma formação continuada em um processo horizontalizado de produção.

A EducomDH é responsável pela produção de conteúdo digital para os perfis no Instagram: @educomdh, @catedradomhelder, @programatvdh.unicap e @expressaolivredh. No perfil próprio e no da cátedra, são publicadas matérias, quadros fixos e newsletter com informações sobre temas e eventos ligados aos direitos humanos. No do Programa TVDH são publicados conteúdos relacionados ao programa, que vai ao ar no canal do Youtube da Cátedra Dom Helder[30]. O programa é uma parceria com a Cátedra Luiz Beltrão de Comunicação e tem duração média de 50 minutos, preparando-se agora para ser veiculado na grade da TV

---

[29] TRIGUEIRO, Andrea; BARBOSA, Jefte Fernando de Amorim; ALBUQUERQUE NETA, Maria Alice; BARBOSA NETO, João Cruz. Práticas educomunicativas no Ganhando Asas: como jovens com Síndrome de Down se tornaram podcasters. In: ALAIC 2020 - DESAFÍOS Y PARADOJAS DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA: las ciudadanías y el poder. Memorias. Mefellín-virtual, 9-13 noviembre. ISSN 2179-7617. Disponível em: <https://repository.upb.edu.co/bitstream/handle/20.500.11912/8688/GT4.%20Comunicaci%C3%B3n%20y%20Educaci%C3%B3n.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em 16 jun 2021.

[30] https://www.youtube.com/channel/UCujQO3U1OGA1y465u9KenKg

Pernambuco. E no perfil do Expressão Livre são veiculados materiais relacionados ao podcast, atualmente distribuído para plataformas de streaming.

Através de formações com profissionais especialistas em Educomunicação e Direitos Humanos e em técnicas de webjornalismo (parceria com a ABPEducom/NE e Dialógica Comunicação Estratégica), os estudantes passam a produzir conteúdos ligados aos temas deste universo. Eles realizam reuniões de pauta semanais a partir de tabelas no Google Drive onde sugerem conteúdos a partir do calendário dos Direitos Humanos. As pautas são discutidas na reunião (via Google Meet), quando são definidas a abordagem, as fontes e personagens, e, assim, os estudantes escrevem, de forma mais simples e direta, os temas propostos. Todos os conteúdos têm supervisão docente.

Como fruto desse processo, estudantes protagonizam suas próprias experiências de aprendizado ao escolherem as equipes que querem integrar e que habilidades querem desenvolver (texto, vídeo, áudio, design). Na interação, compartilham e aprimoram a leitura dos fatos. E devolvem o conhecimento construído em forma de matéria jornalística multimídia. As reuniões de pauta são espaços de diálogos, reflexões e escolhas de forma horizontalizada. Muitos deles estão diante do contexto dos direitos humanos pela primeira vez, então, desmistificam conceitos pré-concebidos. Com isso, é possível observar o exercício prático de relações colaborativas, melhoria no senso de alteridade, conscientização e integração social e promoção de um modo cidadão de fazer mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire é um dos autores das Ciências Humanas mais importantes para a história do Brasil. Seu legado, celebrado ao redor do mundo, tem como mérito a ligação direta feita entre Educação e Ciências Sociais, fazendo pensar o processo de ensino-aprendizagem para além dos aspectos cognitivos e subjetivos e acrescento camadas de complexidade identitárias, culturais, políticas, sociais e econômicas. Há possível citar um sem-número de reverberações de sua obra, e ainda hoje seu pensamento permanece atual e mobilizando estruturas. A Educomunicação é um campo que intersecciona saberes da comunicação e educação e se configura, talvez, como a mais potente inovação de base freireana nos modos de pensar o fazer comunicacional.

Em um mundo em crise, quando tem se tornado um imperativo ético retomar a importância da garantia de direitos universais, podemos articular a educomunicação como um caminho metodológico para efetivação dos direitos humanos, através de um fazer que é, em si, a expressão da promoção e proteção dessas garantias universais. E essa articulação não é apenas conceitual, mas prática. Com a reflexão aqui apresentada, advogamos que, uma vez que objetivam a emancipação cidadã, as práticas educomunicativas só se podem efetivar de fato em um sentido que fortaleça o tecido de direitos. Assim como, em sentido inverso, para pensar práticas e políticas

de fortalecimento dos direitos humanos, a educomunicação se apresenta como instrumento capaz de não só alcançar esse objetivo, mas de fazê-lo de forma plenamente consonante com esse fim.

Em uma analogia, ao passo que se estabelece a democracia como único sistema atual capaz de preservar a natureza dos direitos humanos, compreendemos os direitos humanos como único norte possível para práticas que se prentendam educomunicativas, assim como compreendemos a educomunicação como meio potente – e necessário a estes tempos – para a efetivação do direito à comunicação e promoção dos demais direitos. As experiências aqui exemplificadas compõem uma pequena amostra dos caminhos práticos possíveis de serem trilhados na esteira desse diálogo amoroso. Mas podem, e devem, ser ampliadas, remixadas, avaliadas, desconstruídas e adaptadas a contextos diversos como forma de imprimir avanços nessa interface promotora de cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Janaina M.; PADILHA, Paulo Roberto. **Paulo Freire em tempos de fake news**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2020.

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **As áreas de intervenção educomunicativas**. v. 1.2, 22 set 2015. Campina Grande/PB: 2015. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4653029/mod_resource/content/1/As%20%C3%A1reas%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20LIGIA.pdf >. Acesso em 01 set 2020.

ALVES LOPES, C. V.; MIRANDA, K. A. S. N. **Paulo Freire e os direitos humanos**: por um diálogo efetivo. Cenas Educacionais, v. 4, p. e9348, 9 fev. 2021.

AMATUZZI, Mauro. **O resgate da fala autêntica**: filosofia da psicoterapia e da educação. Campinas, SP: Papirus, 1989.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2020/21**: o estado de direitos humanos no mundo. Amnesty Internacional: Londres, 2021.

APÚBLICA. **"O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21"**. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>. Acesso em: 18 jul 2021.

ARIELY, Dan. **Previsivelmente irracional**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

BARBOSA Bia; MODÉ, Giovanna (Ed.). **A Sociedade ocupa a TV**: o caso Direitos de Resposta e o controle público da mídia. - São Paulo: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2007.

CIDH / OEA. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. OEA: 2021.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e Educação**: a linguagem em movimento. São Paulo: Senac, 2000.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CRUZ, Natalia dos Reis. **Neofascismo e conspiracionismo brasileiro**: o Mídia Sem Máscara e o Eixo do Mal. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 216-257, 2019.

DARMODY, A.; ZWICK, D. **Manipulate to empower**: Hyper-relevance and the contradictions of marketing in the age of surveillance capitalism. Big Data & Society, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951720904112>. Acesso em: 10 jul 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação** (Diálogos). vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo**. In: Pedagogia do oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017. p. 95-101.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GALINDO, Eryka; et al. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021. Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul 2021.

GAMBA, Karla; MARIZ, Renata. **Bolsonaro diz que vai mudar patrono da Educação brasileira, título conferido a Paulo Freire**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29/04/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-vai-mudar-patrono-da-educacao-brasileira-titulo-conferido-paulo-freire-23630439>. Acesso em: 27 jul 2021.

GERBASI, L. B. **Paulo Freire e os direitos humanos**: indicadores nas pesquisas da pós-graduação brasileira. Filosofia e Educação, Campinas, SP, v. 12, n. 2, 2020. DOI: 10.20396/rfe.v12i2.8660579. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8660579. Acesso em: 9 ago. 2021.

GÓIS, Cézar Wagner de Lima. **Noções de Psicologia de Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Editora Viver, 1994.

GÓIS, Cézar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária no Ceará**: uma caminhada. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A Comunicação como direito humano**: Um Conceito em Construção. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2007.

GREEN, Eliott. **What are the most-cited publications in the social sciences (according to Google Scholar)?**. London, The London School of Economics and Political Science, 05/12/2016. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2016/05/12/what-are-the-most-cited-publications-in-the-social-sciences-according-to-google-scholar/>. Acesso em: 10 fev 2020.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
KOTRAS, B. Mass personalization: Predictive marketing algorithms and the reshaping of consumer knowledge. Big Data & Society, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951720951581>. Acesso em: 10 jul 2021.

LÖWY, Michael. **Extrema direita e neofascismo**: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sobral-CE: Editora SertãoCult, 2020, p. 13-19.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La educación desde la comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MARTINS BARREIRA, Marcelo. **O neofascismo como esvaziamento da tradição filosófico-política da democracia liberal**. Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS, v. 4, n. 07, p. 129 - 141, 22 maio 2020.

OAB DF. **Constituição brasileira é uma das mais avançadas do ocidente em relação à garantia de direitos**. 18/10/2013. Disponível em: <https://oabdf.org.br/noticias/destaque/constituicao-brasileira-e-uma-das-mais-avancadas-do-ocidente-em-relacao-a-garantia-de-direitos-2/>. Acesso em: 14 jul 2021.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROGERS, Carl. **Sobre o poder pessoal** (W. Penteado, Trad.). São Paulo: Marins Fontes, 2001.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação**: Reflexões e Princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A Educomunicação e suas áreas de intervenção**. Educom/TV, tópico 1, ECA/USP, 2002c. Disponível mediante senha em: <http://www.educomtv.see.inf.br/>. Acesso em 3 nov. 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação**: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte. Brasília: UNB, ano 1, n. 2, p. 5-75, jan./mar., 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Construção de roteiros de pesquisa a partir dos livros da coleção Educomunicação (Editora Paulinas)**. Comunicação & Educação, Brasil, v. 19, n. 2, p. 135-142, set. 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e Educação Midiática**: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. Comunicação & Educação, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15-26, set. 2014a.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão comunicativa e educação**: caminhos da educomunicação. In: BACCEGA, M. A. (Org.). Comunicação & Educação. São Paulo: ECA/USP/Salesiana, n.23, p.16-25, jan./abr., 2002a.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina**. In: BACCEGA, M. A. (Org.). Gestão de Processos Comunicacionais. São Paulo: Atlas, 2002b.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

TAYLOR, Luke. **'We are being ignored'**: Brazil's researchers blame anti-science government for devastating COVID surge. Nature, 27/04/2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-021-01031-w>. Acesso em: 02 maio 2021.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge**: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

TRIGUEIRO, Andrea. **Educação para os direitos humanos na televisão**: Um estudo sobre as práticas educomunicativas do programa TV Solidária. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, 2011.